



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC**

**PARECER N.º 126/2024- PROJUR**

*Parecer oriundo do Setor de Licitações referente à impugnação protocolada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-SINDESP/SC referente ao Processo de Licitação nº 166/2024-PMS. Pregão Eletrônico nº 52/2024-PMS. Contratação nº 902102024.*

**1) SÍNTESE DOS FATOS**

O Consultante do Setor de Licitações, através do despacho nº 15 do Processo Administrativo nº 328/2024, solicita análise da impugnação ao edital de licitação, apresentada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-SINDESP/SC, referente ao Processo nº 166/2024, Pregão Eletrônico nº 52/2024, cujo objeto é “Contratação de empresa prestadora de serviços de locação de equipamentos para vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme com monitoramento contínuo via rede móvel (GPRS/3G/4G) e via internet (se houver a disponibilidade do local)”.

Vislumbra-se que a empresa apresenta impugnação ao fato de: “ocorrência de grave equívoco na redação editalícia, porquanto não consignada a necessidade de comprovação da autorização legal das empresas licitantes para exercício das atividades de segurança privada, emitido pelo Departamento de Polícia Federal, o que gera um grave precedente de insegurança para a futura contratação, na medida em que poderão ser contratadas empresas sem aptidão mínima para garantir a boa execução dos serviços”.

Para tanto requer a retificação do edital para constar: “inclusão no edital do Pregão Eletrônico nº 52/2024-PMS a exigência dos documentos que regulamentam a atividade das empresas de segurança privada, emitidos pelo Departamento de Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública, nos termos da Lei nº 14.967/2024”.

É breve o relatório.

**2) DO PARECER**

Primeiramente cabe ressaltar que as contratações públicas devem ser processadas e julgadas em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e dos que lhe são correlatos.

Dito isto, passamos à análise do requerido pela empresa.



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Em suas manifestações, a recorrente alega a necessidade de alteração do edital de licitação incluindo a exigência de apresentação de “Alvará de Autorização de Funcionamento válido, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, bem como a prova de comunicação das atividades à Secretaria de Segurança Pública Estadual”.

Analisando o recurso apresentado observa-se que o mesmo está de acordo com o que determina o artigo 4º, c/c artigo 5º, inciso VI, da Lei 14.967/2024, que o institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, vejamos:

Art 4º. A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

Art. 5º Sem prejuízo das atribuições das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública e do sistema prisional, são considerados serviços de segurança privada, para os fins desta Lei, nos termos de regulamento:

[...]

VI – monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens ou valores;

[...]

Ademais, o artigo 7º, da lei supracitada especifica os serviços de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, vejamos:

**Art. 7º A prestação do serviço de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, previsto no inciso VI do caput do art. 5º, compreende:**

I – a elaboração de projeto que integre equipamentos eletrônicos utilizados em serviços de segurança privada;

**II – a locação, a comercialização, a instalação e a manutenção dos equipamentos referidos no inciso I;**

III – a assistência técnica para suporte à utilização dos equipamentos eletrônicos de segurança e a inspeção técnica deles.

§ 1º A inspeção técnica referida no inciso III do caput consiste no deslocamento de profissional desarmado ao local de origem do sinal enviado pelo sistema eletrônico de segurança para verificação, registro e comunicação do evento à central de monitoramento. (grifo nosso).

Deste modo, sugere-se pelo deferimento da solicitação apresentada incluindo a exigência dos documentos que regulamentam a atividade das empresas de segurança privada, emitidos pelo Departamento de Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública, nos termos da Lei nº 14.967/2024.

### **3) CONCLUSÃO**

Diante da fundamentação apresentada, esta procuradoria **SUGERE** pelo **DEFERIMENTO** da impugnação protocolada pelo **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-SINDESP/SC**, incluindo a exigência de apresentação pelas licitantes dos documentos que regulamentam a atividade das empresas de segurança privada, emitidos pelo Departamento de Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública, nos termos da Lei nº 14.967/2024.



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Ainda, **SUGERE-SE** que seja publicada nova data para apresentação das propostas e lances, nos termos do §1º, do artigo 55, da Lei 14.133/2021.

É o parecer.

Schroeder (SC), 22 de outubro de 2024.

**DIEGO AUGUSTO BAYER**

Procurador Municipal  
OAB/SC n.º 28.822

**SUZANA PEREIRA LOPES**

Assessora Jurídica  
OAB/SC n.º 60.105